

2ª Carta do Setor Privado da Amazônia à COP-30 e ao Mundo

Uma Proposta do Setor Privado da Amazônia:

Polinizar o Território com Empreendedores Regenerativos

Denis Minev

Enviado Especial da COP-30 ao Setor Privado da Amazônia

O empreendedorismo pulsa na Amazônia com vitalidade. Em meio a grandes dificuldades – logística difícil, informalidade, instituições frágeis e adversas – ele persiste. No entanto, dados os incentivos atuais, ele é mal direcionado a atividades em geral consideradas insustentáveis, como pecuária de baixa produtividade e soja, ou pior, garimpo, madeira ilegal e narcotráfico.

Esse sistema se baseia no limitado conhecimento técnico local, na baixa disponibilidade de financiamento de médio prazo, em complicações fundiárias e nos exemplos nos arredores. Ele vence, no voto, alternativas de bioeconomia arcaica que defendem o extrativismo primitivo. Os amazônidas têm votado indicando preferência da maioria por conduzir gado e trabalhar em colheiteiras de soja do que por ver seus filhos subindo árvores para catar açaí ou caminhando errantes pela floresta coletando castanha. É preciso escutá-los.

Como mudar essa realidade? Como fazer com que atividades sustentáveis, regenerativas, vençam corações e votos? Essa carta visa apontar uma possibilidade, dentro do espírito de mutirão global da COP-30. Reconhecendo que a Amazônia manteve mais de 80% do seu bioma conservado mas permanece no nadir econômico-social, o mutirão é necessário para construir um caminho de prosperidade não-destrutiva. Nenhuma outra sociedade conseguiu. É justo que a transição seja financiada pelo mundo.

O bioma Amazônia no Brasil tem cerca de 500 municípios. Na grande maioria não existe um sequer bom exemplo sustentável no campo, apesar de todos serem cercados por área rural. O Brasil e a própria Amazônia tem bons exemplos, não nos falta tecnologia ou conhecimento, apesar de este ainda ser concentrado em poucos locais e pessoas.

É preciso polinizar os municípios com empreendedores sustentáveis e regenerativos. Como fazê-lo? Iniciando por empreendedores locais que já têm posse da terra, com um investimento de R\$50 mil por hectare ao longo de 3-5 anos, é possível implantar sistemas agroflorestais para produzir alimentos, armazenar carbono, trazer de volta parte da biodiversidade e do ciclo da água e gerar empregos e riqueza local. Cada hectare, ao cabo de 3-5 anos de investimento inicial, gera cerca de 0,5 empregos por hectare e receita de mais de R\$60 mil por ano, considerando culturas atuais como cacau, açaí, banana e madeira, dentre outras. De carbono, cada hectare deve armazenar cerca de 250 toneladas no longo prazo além do que um pasto consegue. Cinco hectares por empreendedor deve ser suficiente para um bom nível de prosperidade. O investimento deve ser dosado aos poucos, conforme performance dos

empreendedores, ao longo dos anos, e parte (cerca de 20%) deve ser direcionado para monitoramento, apoio e assistência técnica.

Se criarmos 10 mil empreendedores sustentáveis por ano, algo como 20 por município, dentro de 5 a 10 anos possivelmente atingiremos um ponto de inflexão. Em todos os cantos da Amazônia haverá aprendizado produtivo.

Primeiro, haverá “rematamento” de 50 mil hectares por ano, com armazenagem de carbono de mais de 12 milhões de toneladas após alguns anos.

Em termos sociais, além de segurança alimentar no território, teremos mais de 25 mil novos empregos ao ano. Também em pouco tempo se construirá o conhecimento e experiência local para expandir além dos empreendedores iniciais polinizados.

Em termos econômicos, a disseminação de meios mais avançados de produção e o consequente aprendizado por empreendedores e seus empreendimentos está no cerne da construção da bioeconomia do conhecimento. Esse é o conhecido “learning by doing” do artigo seminal do economista Kenneth Arrow sobre como o aprendizado revoluciona sociedades e pode tornar o crescimento endógeno. Uma vez que uma sociedade aprende meios de produção complexos, ela aprende a aprender, o que impulsiona a fronteira de desenvolvimento econômico. Ele já apontava para possíveis exemplos de fazendas experimentais, o que também é uma boa possibilidade desde que espalhadas no território, conduzidas já em muitos casos Brasil afora pela EMBRAPA. Esse modelo, se tiver sucesso, aumenta o PIB do bioma significativamente.

Em termos políticos, existirá uma base eleitoral de apoiadores a ações sustentáveis, tanto de poder econômico quanto social. Políticos regionais verão como é possível integrar prosperidade e floresta. Ações de polícia contra atividades ilegais terão recepção muito mais acolhedora no território – assim dissolve-se o ciclo do desmatamento ilegal no médio prazo.

Quanto custaria tudo isso? R\$2,5 bilhões ao ano de financiamento, durante 5 a 10 anos. Dentro do espírito de mutirão, será preciso mobilização científica também, dado que sistemas agroflorestais tangenciam a economia do conhecimento. Investimentos em ciência devem oferecer gradualmente melhorias econômicas e ambientais. Já temos essa experiência na EMBRAPA, que precisa ser vitaminada na região. Será também necessário treinar um batalhão de técnicos que apoiem produção mais complexa.

Entretanto, financeiramente faz sentido. Somente o carbono, se precificado a R\$250 a tonelada, cobre 120% desse investimento se tudo der certo. Alguns falhariam por uma série de motivos, como má gestão ou seca. Ainda assim, não parecem existir alternativas melhores.

A COP-30 propôs [30 objetivos chave](#). Há oito abordados na presente ideia, 5, 6, 8, 9, 18, 23, 28 e 29. Mais que isso, há uma oportunidade nacional de sair do maniqueísmo que coloca empreendedores amazônicos como vilões. Podemos, dentro do mutirão, entregar maior abundância e prosperidade ao mesmo tempo que entregamos mais Amazônia à próxima geração.